

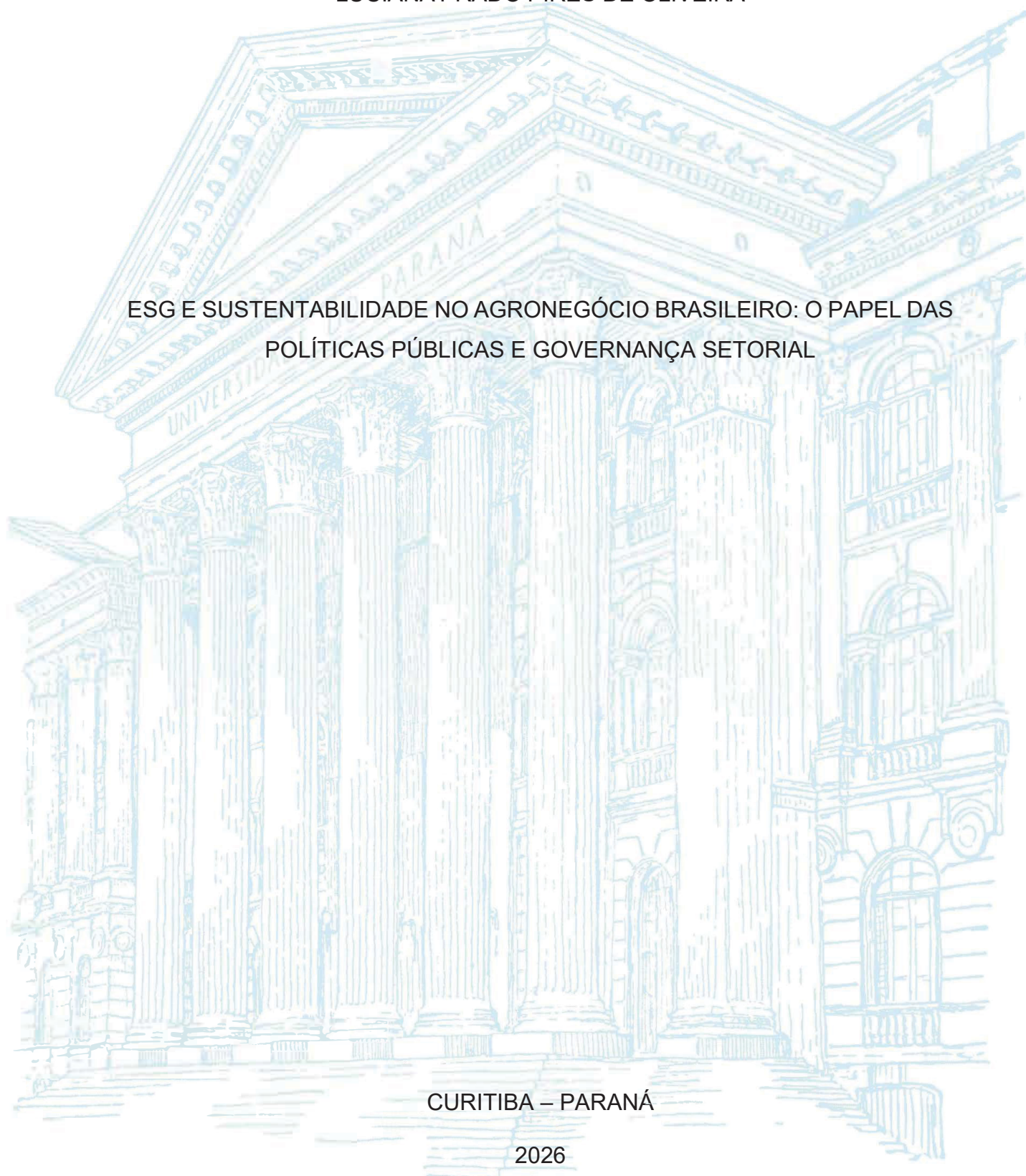
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA PRADO PIRES DE OLIVEIRA

ESG E SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: O PAPEL DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA SETORIAL

CURITIBA – PARANÁ

2026



LUCIANA PRADO PIRES DE OLIVEIRA

ESG E SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: O PAPEL DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA SETORIAL

ESG AND SUSTAINABILITY IN BRAZILIAN AGRIBUSINESS: THE ROLE OF PUBLIC
POLICIES AND SECTORAL GOVERNANCE.

Artigo Científico apresentado ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em MBA em Gestão do Agronegócio, do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias (PECCA), Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Melissa Watanabe.

CURITIBA – PARANÁ

2026

RESUMO

O agronegócio brasileiro ocupa posição estratégica na economia nacional e no comércio internacional, mas enfrenta crescentes exigências socioambientais, regulatórias e reputacionais. Nesse contexto, a agenda ESG (Environmental, Social and Governance) tem se consolidado como referência para a avaliação da sustentabilidade e da governança no setor. O presente estudo tem como objetivo analisar a incorporação dos princípios ESG no agronegócio brasileiro, com ênfase na pecuária de corte, examinando o papel das políticas públicas, dos instrumentos institucionais e das iniciativas do setor privado. A metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica e documental de fontes acadêmicas e institucionais. Os resultados indicam que o país dispõe de capacidades técnicas e programas estruturados — como políticas de agricultura de baixa emissão de carbono — que favorecem a conciliação entre produtividade e sustentabilidade. Contudo, a efetividade dessa agenda depende da capacidade de implementação, da coordenação institucional e do acesso dos produtores a financiamento e assistência técnica, especialmente entre pequenos e médios estabelecimentos. Observa-se também que a adoção isolada de práticas ambientais não garante desempenho ESG elevado, exigindo integração entre os pilares ambiental, social e de governança. Destaca-se ainda a necessidade de mecanismos de monitoramento e verificação para reduzir riscos de *greenwashing* e assegurar credibilidade às iniciativas. Conclui-se que a consolidação do ESG no agronegócio requer atuação articulada entre Estado, setor privado e produtores, com foco em governança, transparência e inclusão.

Palavras-chave: ESG; agronegócio brasileiro; sustentabilidade; políticas públicas; governança institucional.

ABSTRACT

Brazilian agribusiness holds a strategic position in the national economy and in international trade, but faces increasing socio-environmental, regulatory, and reputational demands. In this context, the ESG (Environmental, Social and Governance) agenda has become a key reference for assessing sustainability and governance practices in the sector. This study aims to analyze the incorporation of ESG principles in Brazilian agribusiness, with emphasis on the beef cattle sector, examining the role of public policies, institutional instruments, and private sector initiatives. The methodology was based on a bibliographic and documentary review of academic and institutional sources. The results indicate that the country has technical capabilities and structured programs — such as low-carbon agriculture policies — that support the alignment between productivity and sustainability. However, the effectiveness of this agenda depends on implementation capacity, institutional coordination, and producers' access to financing and technical assistance, especially among small and medium-sized operations. The findings also show that the isolated adoption of environmental practices does not ensure high ESG performance, highlighting the need for integration across environmental, social, and governance pillars. The study further emphasizes the importance of monitoring and verification mechanisms to reduce greenwashing risks and ensure the credibility of reported initiatives. It concludes that consolidating ESG in agribusiness requires coordinated action among government, the private sector, and producers, with a focus on governance, transparency, and inclusion.

Keywords: ESG; Brazilian agribusiness; sustainability; public policies; institutional governance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 ESG E SUSTENTABILIDADE	7
2.2 SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS GLOBAIS.....	8
2.3 DESAFIOS GLOBAIS E PECUÁRIA: ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIA DE DESCARBONIZAÇÃO.	9
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS	11
2.4.1 Componente ambiental do ESG	12
2.4.2 Componente social do ESG.....	13
2.4.3 Componente governança do ESG.....	14
2.5 AÇÕES DO SETOR PRIVADO.....	15
3 CONCLUSÃO	16
REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro ocupa posição de destaque na economia mundial e exerce papel central no desenvolvimento econômico mundial. Segundo estimativas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, o setor deverá ser responsável por 29,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2025. (CEPEA; CNA, 2025)

Apesar da importante contribuição que as atividades agrícolas oferecem para a economia de países como o Brasil, elas exercem pressão sobre a vegetação natural e frequentemente estas atividades são associadas a riscos relacionados à sustentabilidade ambiental, responsabilidade e governança, remetendo ao que se compreende por ESG. (BORSATTO et al., 2023)

Nos últimos anos, o agronegócio brasileiro tem sido alvo de crescentes pressões internacionais quanto à sustentabilidade ambiental, social e econômica de seus sistemas produtivos.

De acordo com Menezes (2020), a imagem do país no cenário global foi afetada por críticas relacionadas à gestão ambiental e pela percepção de irresponsabilidade na preservação dos recursos naturais, amplamente divulgadas pela imprensa nacional e estrangeira. Esse contexto tem resultado em pressões comerciais e na retração de investimentos externos, notadamente de fundos europeus, como reflexo da ausência de políticas ambientais efetivas voltadas à conservação dos biomas e à mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

Nesse cenário, a imagem internacional do agronegócio brasileiro tornou-se um fator estratégico para a manutenção e a expansão de mercados globais, especialmente diante de cadeias produtivas cada vez mais condicionadas a critérios de sustentabilidade, rastreabilidade e transparência. A incorporação dos princípios ESG surge como elemento central para a competitividade do setor.

A sigla “ESG” teve origem em 2004 e partir da publicação do relatório denominado “Who Cares Wins”, elaborado pelo Pacto Global das Nações Unidas em parceria com o Banco Mundial, no qual se destaca que a incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança nas decisões de investimento contribui para a

redução de riscos e para o fortalecimento do desempenho financeiro de longo prazo das organizações (UN GLOBAL COMPACT, 2004)

Em termos conceituais, o ESG refere-se a um conjunto de boas práticas utilizado para definir se uma empresa é socialmente consciente, ambientalmente sustentável e corretamente gerenciada. (BORSATTO et al., 2023)

Engelmann (2022) destaca que, embora os princípios do ESG representem valores fundamentais que deveriam nortear tanto a conduta individual quanto a gestão organizacional, sua aplicação prática ainda não é uma rotina. Nesse contexto, o surgimento de acrônimos como ESG funciona como um mecanismo de alerta, ao evidenciar a necessidade de incorporar, de forma consistente, práticas ambientais, sociais e de governança que, idealmente, já deveriam ser compreendidas e implementadas por pessoas e instituições.

No contexto do agronegócio, a integração dos critérios ESG não apenas atende às demandas globais por sustentabilidade, mas também configura uma vantagem competitiva e um instrumento de atração de investimentos internacionais, consolidando o setor em mercados globais cada vez mais exigentes. Todavia, a efetiva implementação dessa agenda não depende exclusivamente de iniciativas individuais de empresas ou produtores rurais, exigindo a atuação coordenada do Estado por meio de políticas públicas capazes de orientar, incentivar e operacionalizar esses princípios no setor produtivo.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar de que forma as políticas públicas brasileiras, com ênfase nas ações conduzidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, contribuem para a consolidação da agenda ESG no agronegócio, trazendo como exemplo a atividade pecuária. Busca-se compreender como a articulação entre políticas públicas e iniciativas do setor privado pode promover a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e o fortalecimento da governança, sem comprometer a competitividade do agronegócio brasileiro nos mercados nacional e internacional.

Metodologicamente, o artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, teses, dissertações, livros e documentos institucionais relacionados à sustentabilidade, ao ESG e às políticas públicas aplicadas ao agronegócio.

O levantamento das obras foi realizado entre os meses de outubro a dezembro de 2025 e janeiro de 2026, seguido de leitura analítica e interpretação crítica das contribuições alinhadas à temática abordada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ESG E SUSTENTABILIDADE

Embora a sigla ESG tenha ganhado destaque recente no debate sobre práticas responsáveis no agronegócio, seus fundamentos estão ancorados em um conceito mais amplo e consolidado: o de sustentabilidade.

Segundo EMBRAPA (2025b), a sustentabilidade pode ser definida como:

Princípio que orienta as ações humanas com o objetivo de garantir a continuidade da vida na Terra, mediante a manutenção e o uso responsável dos recursos naturais, equilibrando as dimensões ambiental, social e econômica, por meio da gestão integrada das relações entre sociedade e natureza, promovendo a equidade social, a justiça e o bem-estar das comunidades e a minimização dos impactos ambientais negativos (EMBRAPA, 2025 p. 35).

Assim, enquanto a sustentabilidade constitui o arcabouço conceitual do desenvolvimento responsável, o ESG representa sua operacionalização no âmbito organizacional, financeiro e institucional.

Essa compreensão do ESG como instrumento de operacionalização da sustentabilidade encontra respaldo na literatura internacional sobre responsabilidade corporativa. O conceito de *triple bottom line*, proposto por Elkington e citado em diversos estudos, estabelece que o desempenho organizacional deve ser avaliado de forma integrada a partir das dimensões econômica, social e ambiental. Nessa perspectiva, a sustentabilidade deixa de ser tratada como um elemento periférico à gestão e passa a constituir um eixo estruturante das decisões organizacionais, reforçando a necessidade de equilíbrio entre geração de valor econômico, responsabilidade social e preservação ambiental — princípios que fundamentam a lógica contemporânea do ESG.

2.2 SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS GLOBAIS

No âmbito da sustentabilidade aplicada ao setor agropecuário, alguns países assumem papel estratégico no enfrentamento de desafios globais. Nesse contexto, o Brasil tem um papel privilegiado no tratamento de dois grandes desafios globais: segurança alimentar e conservação de recursos naturais. Mais do que isso, ele tem a capacidade de responder simultaneamente a estes desafios. (BRASIL, 2022)

A segurança alimentar e nutricional refere-se à garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, de forma social, econômica e ambientalmente sustentável, envolvendo a atuação do Estado e da sociedade civil (EMBRAPA, 2025b)

Esta realidade possibilitou ao Brasil tornar-se um ator importante na segurança alimentar global utilizando somente 30% de suas terras para a agricultura, ao passo que 66% do seu território ainda se encontra preservado com vegetação nativa. (BRASIL, 2022)

Neste contexto, a pecuária de corte é considerada um dos pilares do agronegócio brasileiro. Em 2024 o Brasil manteve-se como detentor do maior rebanho bovino comercial do mundo, equivalente a 11,6 % do rebanho global e detentor da segunda posição mundial em produção de carne. (ABIEC, 2025a)

Confirmando o papel de enfrentamento dos desafios globais, um dos aspectos mais notáveis da pecuária brasileira é o aumento da produção sem expansão significativa da área de pastagens. Segundo recente estudo realizado pelo Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (ABIEC, 2025b) entre 2004 e 2024, enquanto o rebanho cresceu 11% (19 milhões de cabeças), a área de pastagens reduziu 11%, passando de 181 milhões para 160 milhões de hectares, eficiência alcançada através da recuperação de pastagens degradadas, melhor taxa de lotação e adoção de sistemas integrados como lavoura-pecuária-floresta.

Apesar do protagonismo brasileiro na produção agropecuária e de sua contribuição para a segurança alimentar global, a conciliação entre expansão produtiva e conservação ambiental permanece como um desafio estrutural. Embora os dados indiquem elevada proporção de vegetação nativa preservada, a percepção

internacional sobre o agronegócio brasileiro ainda é fortemente influenciada por episódios de desmatamento ilegal, fragilidades nos mecanismos de fiscalização e limitações na rastreabilidade das cadeias produtivas. Esse descompasso entre desempenho ambiental e reputação internacional evidencia que ganhos produtivos e ambientais, por si só, não são suficientes para assegurar legitimidade nos mercados globais, reforçando a importância de instrumentos institucionais de governança, transparência e financiamento alinhados aos princípios da sustentabilidade e do ESG.

Nesse cenário, a expansão do agronegócio, fortemente associada à disponibilidade e à orientação de mecanismos de financiamento público e privado, assume papel estratégico ao possibilitar a otimização da produção e do escoamento em consonância com a sustentabilidade. Conforme argumenta Garcia (2024), quando direcionado por critérios socioambientais, o desenvolvimento do setor apresenta-se não apenas como propulsor da economia, mas também como um instrumento capaz de contribuir para a própria sobrevivência da espécie humana. Essa perspectiva reforça a necessidade de modelos produtivos que conciliem eficiência econômica, responsabilidade ambiental e inclusão social, criando as bases para trajetórias sustentáveis de longo prazo no agronegócio brasileiro.

2.3 DESAFIOS GLOBAIS E PECUÁRIA: ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIA DE DESCARBONIZAÇÃO

Diante dos desafios globais relacionados à segurança alimentar e à conservação dos recursos naturais, a pecuária brasileira ocupa posição estratégica no debate sobre sustentabilidade e mudanças climáticas. Nesse contexto, o estudo técnico conduzido pelo Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, intitulado Trajetórias de Descarbonização da Pecuária de Corte no Brasil – 2025 a 2050, apresenta uma análise prospectiva relevante sobre os caminhos possíveis para a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor, sem comprometer a produção.

O estudo estrutura sua análise a partir de um cenário de referência, que reflete a continuidade das práticas produtivas atuais, e de três trajetórias de descarbonização

que combinam diferentes graus de controle do desmatamento e adoção tecnológica. De forma geral, os cenários mais ambiciosos incorporam o desmatamento zero, a plena implementação das tecnologias previstas no Plano ABC+ e inovações voltadas ao aumento da eficiência produtiva, como intensificação do uso da terra, melhoria do desempenho zootécnico e adoção de sistemas integrados.

Nesse contexto, a redução das emissões de gases de efeito estufa na pecuária brasileira está fortemente associada ao enfrentamento de fontes específicas de emissão, com destaque para a fermentação entérica dos ruminantes, responsável pela geração de grandes quantidades de metano (CH_4), um dos gases com maior potencial de aquecimento global. Apesar dos avanços científicos na formulação de dietas, no uso de aditivos alimentares e em estratégias de manejo capazes de mitigar essas emissões, a adoção dessas soluções ainda é limitada entre os produtores rurais, em grande medida em razão dos custos envolvidos e da assimetria de acesso à informação técnica qualificada. Ademais, práticas relacionadas ao manejo adequado de dejetos para a produção de biogás, que apresentam elevado potencial para a geração de energia renovável e a redução de impactos ambientais, permanecem pouco difundidas no setor. (EMBRAPA, 2025a)

Os resultados do citado estudo indicam uma mudança estrutural no modelo produtivo da pecuária brasileira, caracterizada pela substituição da expansão territorial por ganhos de produtividade. A redução da área de pastagens e do tamanho do rebanho ocorre de forma concomitante à manutenção dos níveis de produção, sustentada por melhorias na taxa de lotação, no peso das carcaças e na eficiência dos sistemas produtivos. Essa trajetória evidencia que a intensificação sustentável pode desempenhar papel central na conciliação entre produção pecuária e mitigação das emissões.

Do ponto de vista econômico, o estudo aponta que os ganhos de eficiência produtiva tendem a fortalecer a competitividade da pecuária brasileira, inclusive no mercado internacional, ao reduzir custos relativos, otimizar o uso dos recursos naturais e mitigar riscos associados a restrições ambientais e comerciais. Esses resultados reforçam a premissa de que sustentabilidade ambiental e desempenho econômico não são objetivos antagônicos, mas podem ser complementares quando apoiados por políticas públicas e marcos institucionais adequados.

Entretanto, a viabilidade dessas trajetórias está condicionada à capacidade de implementação no nível da propriedade rural. Pequenos e médios produtores, que representam parcela expressiva da pecuária nacional, enfrentam limitações estruturais relacionadas ao acesso ao crédito, à assistência técnica e à capacitação, o que pode restringir a adoção homogênea das tecnologias necessárias à descarbonização. Assim, embora o estudo demonstre a viabilidade técnica e econômica da transição para uma pecuária de baixa emissão, seus resultados pressupõem condições institucionais e financeiras que ainda não estão igualmente distribuídas no território nacional.

A adoção em larga escala de tecnologias e práticas sustentáveis enfrenta, contudo, limitações de natureza econômica e institucional. Muitos produtores, especialmente os de pequeno e médio porte, encontram dificuldades para acessar crédito, financiamento e instrumentos de apoio necessários à transição para sistemas produtivos de baixa emissão de carbono. Embora o acesso a incentivos governamentais e a mercados de carbono possa estimular a adoção de boas práticas, ainda persistem desafios relacionados à regulamentação, à operacionalização e à valorização desses mecanismos. Adicionalmente, a insuficiência de infraestrutura e o acesso restrito a novas tecnologias, inclusive aquelas promovidas pelo Plano ABC+, dificultam a implementação de estratégias de mitigação, sobretudo em pequenas propriedades rurais. (EMBRAPA, 2025a)

Dessa forma, a efetividade das trajetórias de descarbonização depende não apenas da disponibilidade tecnológica, mas da atuação coordenada do Estado por meio de políticas públicas inclusivas, capazes de reduzir assimetrias produtivas e garantir que os benefícios da agenda climática e do ESG sejam amplamente disseminados ao longo da cadeia pecuária.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

A pesquisa científica e a inovação tecnológica constituem elementos centrais para a promoção da sustentabilidade no setor agropecuário e para o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Ao impulsionar o desenvolvimento

de tecnologias capazes de aumentar a produtividade e a eficiência dos sistemas de produção, a pesquisa possibilita o uso mais racional dos recursos naturais e contribui para a construção de sistemas agrícolas mais resilientes a eventos climáticos extremos. Além de assegurar a segurança alimentar, esses avanços fortalecem a estabilidade das cadeias produtivas e a competitividade do agronegócio brasileiro em um mercado global cada vez mais condicionado a padrões elevados de qualidade, rastreabilidade e sustentabilidade. (EMBRAPA, 2025a)

Conforme demonstrado no estudo *Trajetórias de Descarbonização da Pecuária de Corte no Brasil – 2025 a 2050*”, o papel das políticas públicas voltadas à atividade pecuária como o Plano ABC+ e o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD) tem se mostrado essencial para a evolução do tema sustentabilidade. (ABIEC, 2025b)

As políticas públicas assumem papel estruturante, uma vez que estabelecem marcos normativos, criam incentivos econômicos, fortalecem a governança e condicionam o acesso a mercados, orientando produtores e empresas à adoção de padrões socioambientais compatíveis com as exigências globais.

Embora as políticas públicas brasileiras voltadas à sustentabilidade agropecuária apresentem avanços relevantes, sua eficácia está condicionada à coordenação entre diferentes níveis de governo, à continuidade institucional e à integração com instrumentos econômicos, como crédito rural e seguros agrícolas.

Apesar do avanço institucional, a efetividade desses instrumentos depende de continuidade orçamentária e estabilidade regulatória, fatores sujeitos a variações.

2.4.1 Componente ambiental do ESG

O componente ambiental do ESG é fortemente contemplado nas políticas agrícolas brasileiras, especialmente por meio do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+), vigente entre 2020 e 2030. O plano estabelece diretrizes para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e para a adaptação da agropecuária às mudanças

climáticas, promovendo sistemas produtivos mais eficientes e resilientes. (BRASIL, 2023)

Entre as principais metas ambientais do ABC+ destaca-se a redução de aproximadamente 1,1 bilhão de toneladas de CO₂ equivalente até 2030, por meio da adoção de tecnologias sustentáveis, como a recuperação de pastagens degradadas, a integração lavoura-pecuária-floresta, o manejo adequado de resíduos agropecuários e a terminação intensiva (BRASIL, 2025). Essas ações contribuem diretamente para a preservação dos recursos naturais, a melhoria da qualidade do solo e a redução da pressão sobre áreas de vegetação nativa.

A recuperação de pastagens degradadas representa uma das principais oportunidades para conciliar o aumento da produtividade pecuária com a conservação ambiental no Brasil. Além de restaurar a funcionalidade ecológica do solo, a recuperação dessas áreas permite intensificar a produção em terras já abertas, reduzindo a pressão por novas conversões de vegetação nativa. (ABIEC, 2025 b)

Além do ABC+, iniciativas como o Programa Agro Brasil+Sustentável reforçam o pilar ambiental ao estimular a conformidade com a legislação ambiental, a rastreabilidade da produção e a certificação de práticas sustentáveis ao longo das cadeias produtivas. (BRASIL, 2025)

2.4.2 Componente social do ESG

No âmbito social do ESG, as políticas agrícolas brasileiras buscam promover inclusão produtiva, redução das desigualdades regionais e fortalecimento da agricultura familiar. Programas voltados à agroecologia, à produção orgânica e ao apoio a pequenos produtores inserem-se nessa estratégia ao fomentar geração de renda, segurança alimentar e desenvolvimento territorial sustentável. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2024)

O Plano ABC+ também contempla o pilar social ao prever ações de capacitação, assistência técnica e extensão rural, fundamentais para viabilizar a adoção de tecnologias sustentáveis por produtores de diferentes portes. Essas iniciativas ampliam o acesso ao conhecimento, fortalecem o capital humano no campo

e contribuem para uma transição justa rumo a sistemas produtivos mais sustentáveis. (BRASIL, 2023)

Adicionalmente, políticas regionais e territoriais voltadas à bioeconomia e ao uso sustentável da biodiversidade, especialmente em regiões como a Amazônia, buscam integrar conservação ambiental e inclusão social, promovendo alternativas econômicas sustentáveis para comunidades locais. (BRASIL, 2024)

2.4.3 Componente governança do ESG

A governança constitui um elemento central para a efetividade das políticas agrícolas orientadas por ESG. No Brasil, esse pilar é fortalecido por mecanismos de monitoramento, avaliação e transparência das ações governamentais. Um exemplo é o Painel Gerencial do Plano ABC+, desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), que permite acompanhar indicadores de adoção de práticas sustentáveis e redução de emissões de forma georreferenciada. (SERPRO, 2025)

Esses instrumentos contribuem para a melhoria da gestão pública, o controle social e a prestação de contas, aspectos fundamentais para atender às exigências de governança demandadas por investidores e organismos internacionais. Além disso, a integração entre políticas agrícolas, ambientais e climáticas reforça a coerência institucional e a credibilidade do país em fóruns multilaterais.

Ainda, o Programa Agro Brasil+Sustentável é uma plataforma digital governamental que objetiva integrar informações de bancos de dados oficiais de instituições públicas e privadas, gerando informações rastreáveis e confiáveis sobre a produção agropecuária sustentável no Brasil, visando integrar, organizar e disponibilizar informações de governança ambiental, social e corporativa relacionadas aos produtores, empresas agrícolas e propriedades rurais para qualificar os produtos agropecuários brasileiros, com transparência, credibilidade e confiança, entre todos os participantes da cadeia agropecuária, tendo como principal ator o produtor rural. (BRASIL, 2025)

2.5 AÇÕES DO SETOR PRIVADO

As políticas públicas funcionam como condição necessária para o tema, mas não suficiente. A efetiva transição para modelos sustentáveis depende da internalização dos princípios ESG pelo setor privado.

Martinez (2024) descreve que ao adotar práticas ESG, as organizações estão envolvidas tanto na reprodução quanto na mudança das estruturas sociais existentes, ao mesmo tempo em que desafiam e transformam normas e expectativas anteriores, impulsionando a mudança socioambiental.

Por meio de relatórios ESG, as empresas disponibilizam de maneira transparente e clara suas atividades inseridas nesses critérios em prol da governança, meio-ambiente e sociedade, abrindo caminho para possíveis investimentos. (NEVES e MARTINEZ, 2020)

Borsatto et al. (2023) realizou estudo com objetivo de analisar as práticas de ESG adotadas pelas empresas do agronegócio listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), com foco nas dimensões ambientais, com o intuito de identificar os potenciais riscos e as medidas mitigatórias e conclui-se que das empresas estudadas, 21,05% indicam adotar boas práticas, além de possuírem excelente divulgação de seus relatórios e que do total de empresas estudadas, 31,58% delas apresentam excelente pontuação no pilar ambiental, porém nem todas conseguiram obter pontuação geral ESG pertencentes ao quarto quartil. Desta forma, conclui-se que um alto desempenho ambiental isolado não garante uma classificação elevada no ESG como um todo e esse bom desempenho não foi suficiente para colocá-las entre as empresas com melhor desempenho ESG geral.

Ainda, Borsatto et al. (2023), destaca que para futuros estudos, a importância de expandir essa abordagem, buscando a inserção de variáveis de desempenho econômico-financeiro, a fim de se verificar se as práticas de ESG possuem correlação positiva, ou não, com os resultados econômicos e financeiros das organizações. Tal destaque está de acordo com sugestão realizada por Martinez (2024), que destaca que uma área de pesquisa promissora seria investigar o impacto das práticas ESG no desempenho financeiro das empresas ao longo do tempo.

A crescente incorporação do ESG pelas empresas do agronegócio evidencia avanços importantes em termos de transparência, governança corporativa e gestão de riscos socioambientais. No entanto, os estudos analisados indicam que elevados desempenhos em um único pilar, como o ambiental, não são suficientes para garantir uma classificação ESG robusta, reforçando o caráter multidimensional do conceito. Ademais, a adoção dessas práticas ainda se concentra em grandes empresas, com maior capacidade financeira e institucional, o que pode ampliar assimetrias em relação a pequenos produtores. Esse cenário reforça a necessidade de articulação entre setor privado e políticas públicas, de modo a evitar que o ESG se consolide como um fator de exclusão econômica.

Por outro lado, a literatura ainda alerta para o risco de *greenwashing* quando práticas de divulgação de informações superam a transformação efetiva dos sistemas produtivos. Nalini (2024), descreve o conceito *greenwashing* como uma situação em que uma empresa promove falsamente ou exagera seus esforços ambientais, apresentando-se como mais sustentável do que realmente é. Conforme descreve De Campos Filho e De Oliveira (2023), apesar de o ESG ser um benefício para as empresas há de se considerar certo ceticismo com relação ao impacto efetivo e aos resultados notadamente concretos dos investimentos em ESG, tanto para os *stakeholders* quanto para a sociedade em geral.

3 CONCLUSÃO

A consolidação da agenda ESG no agronegócio brasileiro apresenta-se como um desafio estratégico para a manutenção da competitividade do setor em um contexto global marcado por crescentes exigências socioambientais, regulatórias e reputacionais. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que o Brasil reúne condições técnicas, produtivas e institucionais para alinhar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e governança, especialmente no âmbito da pecuária de corte.

Os resultados da literatura analisada indicam que a intensificação produtiva, aliada à recuperação de pastagens degradadas, à adoção de sistemas integrados e à

implementação de tecnologias de baixa emissão, possibilita reduzir emissões de gases de efeito estufa sem comprometer a produção e a segurança alimentar. Contudo, tais avanços não ocorrem de forma automática nem homogênea, estando fortemente condicionados à capacidade de implementação das políticas públicas e ao acesso dos produtores aos instrumentos necessários para a transição sustentável.

Nesse sentido, as políticas públicas, em especial aquelas conduzidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, desempenham papel central na operacionalização dos princípios ESG no agronegócio. Iniciativas como o Plano ABC+ e o Programa Agro Brasil + Sustentável demonstram avanços relevantes ao estabelecer diretrizes, metas e mecanismos de governança voltados à sustentabilidade. Entretanto, persistem desafios relacionados à coordenação institucional, à continuidade das ações e à inclusão de pequenos e médios produtores nesse processo.

Por sua vez, as ações do setor privado têm se mostrado fundamentais para a internalização dos princípios ESG nas cadeias produtivas, sobretudo por meio de práticas de governança, transparência e divulgação de informações. Ainda assim, a literatura evidencia que a adoção isolada de práticas ambientais não garante elevado desempenho ESG, reforçando a necessidade de integração entre os pilares ambiental, social e de governança, além do risco de *greenwashing*, bem como da concentração dessas iniciativas em grandes empresas sinaliza o risco de aprofundamento de desigualdades no setor.

Dessa forma, conclui-se que a consolidação do ESG no agronegócio brasileiro depende de uma atuação articulada entre Estado, setor privado e produtores rurais, capaz de transformar diretrizes normativas em práticas efetivas no nível produtivo. O fortalecimento da governança, a ampliação do acesso a instrumentos de financiamento e assistência técnica e a promoção de uma transição justa e inclusiva configuram elementos essenciais para que o agronegócio brasileiro avance rumo a um modelo sustentável, competitivo e alinhado às demandas globais.

Nesse contexto, o fortalecimento de mecanismos de monitoramento, verificação e transparência torna-se igualmente essencial para evitar práticas de *greenwashing*, assegurando que a agenda ESG no agronegócio brasileiro se traduza

em resultados efetivos e verificáveis, e não apenas em compromissos formais ou declaratórios.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES – ABIEC. **Beef Report 2025: perfil da pecuária no Brasil**. São Paulo, 30 jun. 2025a. Disponível em <https://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2025-perfil-da-pecuaria-no-brasil/>. Acesso em 11.jan.2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES – ABIEC. **Trajetórias de Descarbonização da Pecuária de Corte no Brasil**. São Paulo, 25.nov.2025. 2025b. Disponível em <https://abiec.com.br/publicacoes/cop30-trajetorias-de-descarbonizacao-da-pecuaria-de-corte-no-brasil/> . Acesso em 11.jan.2026.

BORSATTO, Ana Luísa et al. **Manejos conscientes em busca de menor desmatamento: as sementes ESG sendo plantadas**. Revista de Administração IMED, v. 13, n. 2, p. 62-79, 2023. Disponível em <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/4935>. Acesso em: 15 jan. 2026

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano ABC+ tem metas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa na agropecuária**. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2024/politicas-sustentaveis-para-o-agronegocio-foram-destaque-nas-acoes-do-mapa> . Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Diretrizes para o desenvolvimento sustentável da agropecuária brasileira**. Brasília: MAPA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/publicacoes-diversas/diretrizes-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-agropecuaria-brasileira.pdf/view>. Acesso em: 11.nov.2025

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Programas e estratégias do Plano ABC+**. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabc-abcmais/abc/programas-e-estrategias> . Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Políticas sustentáveis para o agronegócio foram destaque nas ações do MAPA**. Brasília: MAPA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/2024/politicas-sustentaveis-para-o-agronegocio-foram-destaque-nas-acoes-do-mapa> . Acesso em: 5 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária – Plano ABC+ (2020–2030)**. Brasília: MAPA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/planoabc-abcmais> Acesso em: 5 jan. 2026

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **O que é a Plataforma Agro Brasil + Sustentável?** Brasília: MAPA, 2025. Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/programa-agro-brasil-sustentavel/o-que-e-a-plataforma-agro-brasil-sustentavel>. Acesso em: 5 jan. 2026.

CEPEA/CNA. **Sumário Executivo – PIB do Agronegócio (1º trimestre de 2025)**. Piracicaba: CEPEA / CNA, 2025. Disponível em: [https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/PIB%20do%20Agronegócio%20-%20Sumário%20Executivo%20\(1T2025\).pdf](https://www.cepea.org.br/upload/kceditor/files/PIB%20do%20Agronegócio%20-%20Sumário%20Executivo%20(1T2025).pdf). Acesso em: 29 out. 2025

DE CAMPOS FILHO, Edinei Silva; DE OLIVEIRA, Edenis Cesar. As dimensões ESG aplicadas ao agronegócio: uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 11, p. 20304-20326, 2023. Disponível em <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3039>. Acesso em: 29 jan. 2026.

EMBRAPA. **Ciência para o clima e soluções da agricultura brasileira: estratégias, tecnologias e indicadores de adaptação à mudança climática e de controle de emissões de gases de efeito-estufa na agricultura tropical**. Brasília, DF: Embrapa, 2025. 285 p. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1181212/ciencia-para-o-clima-e-solucoes-da-agricultura-brasileira-estrategias-tecnologias-e-indicadores-de-adaptacao-a-mudanca-climatica-e>

[de-controle-de-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-na-agricultura-tropical](#). Acesso em: 04 dez. 2025.
a

EMBRAPA. **Glossário sobre agricultura e mudança climática**. Brasília, DF: Embrapa, 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1181164/glossario-sobre-agricultura-e-mudanca-climatica>. Acesso em: 13 nov. 2025. b

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Verde Sustentável: novos benefícios fortalecem agroecologia e orgânicos**. Brasília: Agência Gov/EBC, 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/verde-sustentavel-novos-beneficios-fortalecimento-agroecologia-organicos>. Acesso em: 5 jan. 2026.

ENGELMANN, Wilson. **O tema ESG e o Agronegócio: desafios e oportunidades**. A IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR EM MATÉRIA DE CONSUMO SUSTENTÁVEL, NO DIREITO BRASILEIRO, p. 147, 2022. Disponível em <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/direito/diretrizesdasnacoesunidas/index.html>. Acesso em: 13 nov. 2025.

GARCIA, Renata Megda. **O “E” do ESG e o pequeno produtor rural: uma análise jurídico-econômica dos custos de transação**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024.

MARTINEZ, Leticia Franco. **O método Agro ESG como uma proposta para planejamento de ações de sustentabilidade no agronegócio**. 2024. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MENEZES, Taís Cristina. **A imagem do Brasil no comércio agropecuário internacional**. Piracicaba: CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, 3 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cepea.org.br/br/opiniao-cepea/a-imagem-do-brasil-no-comercio-agropecuario-internacional.aspx>. Acesso em: 12 nov. 2025.

NALINI, Ana Rita de Moraes. Greenwashing: o problema do ESG nas empresas transnacionais em face da legislação brasileira. 2024. Disponível em <https://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/3585>. Acesso em: 28 jan. 2026.

NEVES, Marcos Fava e MARTINEZ, Leticia Franco. **O Modelo GAS-Agro para projetos de desenvolvimento sustentável**. Revista Agronomia Brasileira, v. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29372/rab202032>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS. **Painel gerencial do Plano ABC+ amplia transparência e monitoramento ambiental**. Brasília: SERPRO, 2025. Disponível em: <https://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-2025/painel-gerencial-plano-abc> Acesso em: 5 jan. 2026.

UN GLOBAL COMPACT. **Who cares wins: connecting financial markets to a more sustainable world**. Geneva: United Nations Global Compact, 2004. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/280911488968799581/pdf/113237-WP-WhoCaresWins-2004.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.